



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS
PROJETO SEGUNDO TEMPO**

**ALEXANDRE LUIZ GONÇALVES DE REZENDE
(depoimento)**

2010

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpando Memórias

Número da entrevista: E-191

Entrevistado: Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende

Nascimento: Não informado

Local da entrevista: Quality Suítes Congonhas – São Paulo/SP

Entrevistadores: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Data da entrevista: 09/12/2010

Transcrição: Ederson Alberto Teixeira Dornelles

Conferência Fidelidade: Bruna Caroline Oliveira Pedro

Copidesque: Bruna Caroline Oliveira Pedro

Pesquisa: Bruna Caroline Oliveira Pedro

Fitas: Gravação Digital

Total de gravação: 21 minutos e 18 segundos

Páginas Digitadas: 9

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que textual e que a fonte seja mencionada conforme especificação abaixo.

REZENDE, Alexandre Luiz Gonçalves. *Alexandre Rezende (depoimento, 2010)*. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2011.

Sumário

Início do envolvimento com o programa e constituição da equipe colaboradora; como ocorreu a colocação de vice-coordenador da equipe; Capacitação através de orientações e participação nas capacitações; Funcionamento da capacitação dos monitores; Pontos Positivos do Programa; Limites e Dificuldades do Programa; Formação dos profissionais da Educação Física e responsabilidades das Universidades; Importância do registro da memória do Programa.

São Paulo, 09 de dezembro de 2010. Entrevista com professor Alexandre Rezende a cargo do entrevistador Marco de Carvalho para o projeto Memórias do Programa Segundo Tempo.

M.C. – Professor, eu começo perguntando: como é que iniciou e quando iniciou teu envolvimento com o Programa Segundo Tempo?

A.R. – A Universidade de Brasília recebeu um convite por meio do professor André Reis para participar de um evento em Natal, onde haveria o lançamento das equipes colaboradoras como sendo parte desse processo de acompanhamento pedagógico e administrativo. Nós recebemos um documento que descrevia qual era a proposta, em linhas gerais, para a gente tomar conhecimento e a partir dali, inclusive, conseguir mobilizar as pessoas mais interessadas. Nesse primeiro momento, eles convidaram apenas duas pessoas, os que seriam talvez o coordenador e o vice, então o professor André, na ocasião, me chamou e nós fomos participar desse evento lá em Natal. Foi uma reunião administrativa onde a gente... foi apresentada a proposta como um todo e saímos dali, já com a incumbência de realizar algumas tarefas que dariam início à constituição das equipes, dentro de cada instituição de ensino superior, que estavam ali representando uma determinada região do país.

M.C. – E a sua função atual no Programa Segundo Tempo?

A.R. – Desde o início, como ele foi o contato inicial, ele se colocou como coordenador da equipe, e como na verdade eles começaram este processo já pensando uma... em dupla, em um coordenador e um vice, depois eles juntariam uma equipe de avaliadores em torno deles, eu fiquei como sendo vice coordenador integrando a equipe dele lá no Distrito Federal.

M.C. – E os processos de capacitação o senhor participou de algum processo de capacitação ou não, ao longo deste tempo?

A.R. – O processo de capacitação é interessante você perguntar, porque nesse caso a gente teria que também fazer menção à fase anterior, antes das equipes colaboradoras. O Programa Segundo Tempo sempre teve esta proposta de não só mobilizar a sociedade

para poder oferecer o Programa, como também preocupar-se com a qualificação dos recursos humanos desenvolvidos nele, e neste sentido, a Universidade de Brasília foi procurada, mas aí não por nenhum de nós, nem eu nem o professor André. Na época, quem respondeu a este convite foi o professor Marcelo de Brito e ele foi o responsável por todo o processo de capacitação do Programa Segundo Tempo, mas numa versão anterior, onde ele fez uma parceria com o Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília, então este processo foi feito. Era um curso de especialização, todas as pessoas que estavam participando do Programa Segundo Tempo poderiam se envolver com o curso de especialização, só que eles trabalharam com módulos escritos que eram distribuídos à distância, com suporte virtual e por telefone. Na conclusão desse processo a gente terminou se envolvendo no acompanhamento de algumas pessoas e na orientação das monografias, procuraram as pessoas que tinham já mestrado, doutorado, para poderem ser os orientadores do trabalho final de especialização, de monografia. Aí, eu fiquei com número de orientandos em torno de dez, era à proporção que eles faziam na época, e depois participamos também das bancas examinadoras. Você na verdade orientava até dez professores e depois também você participava da banca de outro colega que teria entrado dez, então ao todo você participaria de vinte bancas, dez dos seus e dez do outro, algo aproximado em torno disto, então nós tínhamos uma experiência anterior com este processo de capacitação. Quando a gente entrou na equipe colaboradora, a gente percebeu que uma das coisas que eles tinham modificado era esta questão da capacitação. Eles pegaram um modelo que era semelhante à época que o Programa era do Governo Fernando Henrique Cardoso, era chamado Esporte Solidário, e eles tinham uma caravana do Esporte Educacional: que era um grupo de professores especialistas que saíam fazendo cursos em todo o país. Eles realmente montaram um núcleo de pesquisadores de referência que foram responsáveis por organizar estes cursos iniciais e eles tinham justamente este grupo formador, ele no primeiro momento fez este processo a nível nacional, visitando e reproduzindo esta capacitação para todo mundo. Então como nós estávamos sendo inseridos no Programa naquele momento, eles nos convidaram a escolher uma capacitação que tivesse acontecendo lá próximo, no Distrito Federal mesmo, na nossa localidade para que a gente participasse da capacitação e ficasse inteirado de todo o processo, como que os núcleos vivenciavam. Então a primeira capacitação que teve em Brasília, nós nos envolvemos nela. Aconteceu num hotel, neste modelo que a gente está vendo aqui, nós participamos da capacitação, também da parte administrativa: que

falava um pouco da importância da gestão, desta questão de seguir a lei e de fazer a compra dos materiais, dos alimentos, selecionar as pessoas, como também da parte pedagógica, todos os custos, todas as palestras que eram dadas com as orientações de como deveria ser o dia a dia do atendimento das crianças. Então o nosso contato com a capacitação no primeiro momento foi essa, de você se inteirar para que quando você fosse fazer o acompanhamento dos núcleos, você soubesse o que eles estavam usando como referência e quais eram as diretrizes do próprio Programa. Progressivamente, como a gente foi se envolvendo com diversas capacitações, o Programa foi também mudando seu perfil e eles passaram a usar então as próprias equipes colaboradoras para capacitar os núcleos que estavam sob sua responsabilidade, então nós já assumimos um certo protagonismo e éramos nós os responsáveis por transmitir estas informações para os núcleos que estavam entrando e fazendo novos convênios. Nós participamos no primeiro momento para entender e compreender o processo, e depois assumimos a responsabilidade por inclusive desenvolver a capacitação dos que estavam chegando, e é o que a gente tem feito agora, neste momento a gente geralmente escolhe os temas que a gente tem certa afinidade e uma facilidade maior para poder abordar, e quando é necessário a gente convida pessoas de outras equipes que vão... fortalecem naquele momento o grupo e a capacitação acontece.

M.C. – E esta capacitação se limita aos coordenadores de núcleos ou também chega aos monitores?

A.R. – Depende um pouco de cada situação, nós já tivemos em Brasília algumas oportunidades onde nós incluímos os monitores para uma análise do curso, e da viabilidade que aquela situação tinha naquele momento. Brasília não tem custo de deslocamento, não tem custo de hospedagem porque as pessoas moram muito próximas, nós tivemos aprovação para fazer e fizemos a capacitação de todos, o que foi muito bom, mas a gente entende que em outras situações é muito complicado você assumir o custo de hospedagem e deslocamento de todos os monitores, então já teve situação onde nós capacitamos apenas coordenadores também. Um diferencial que nós temos na UnB¹ é que nós fizemos contato com eles e perguntamos da possibilidade da gente usar o ambiente virtual de aprendizagem, então como nós temos facilidade lá do contato com o

¹ Universidade de Brasília

MOODLE² nós começamos a introduzir essa proposta, então nós fazíamos a capacitação dos coordenadores ali conosco naquele momento e já os familiarizávamos com o ambiente virtual, quando eles voltavam, ao invés deles somente fazerem a capacitação sozinho dos monitores, eles voltavam e faziam o curso novamente com a gente no ambiente virtual, levando seus monitores sob a sua tutela. Aí, eles faziam todo o processo também à distância novamente, com a leitura dos módulos, com as atividades que a gente propunha, atingindo os monitores, mas aí através desta estratégia de educação à distância.

M.C. – Em relação à avaliação do próprio Programa Segundo Tempo, quais os pontos positivos que o senhor destaca do Programa?

A.R. – Bem, os principais pontos positivos quando a gente visita os núcleos: é você verificar, realmente, o impacto social que ele tem. Você vê que as crianças estão ali envolvidas, o compromisso daqueles agentes, de estarem realmente dando o seu melhor. Você vai ver que isso varia em função das circunstâncias, das condições de cada entidade que está fazendo o convênio, mas quando o programa efetivamente estava funcionando ele tinha um impacto muito forte na comunidade, as pessoas realmente tinham ali uma oportunidade de acesso ao esporte, ao lazer. E era sempre algo feito em uma dimensão que respeitava os princípios pedagógicos, não havia discrepâncias em relação ao que a gente passava para eles na capacitação, então você via que tinha toda uma coerência e isto fortalecia o programa.

M.C. – Estamos participando, agora, de um evento que fecha um ciclo do Programa e é até um evento de avaliação. Dentro desta avaliação: o que o senhor destacaria de limites que teve no Programa, dificuldades no Programa, e o que seria possível fazer para o Programa se qualificar mais ainda, se ele tiver uma continuidade?

A.R. – A questão dos limites do Programa... na verdade ela termina fazendo com que a gente tenha que refletir sobre contingências diversas, se você tem alguma dificuldade por exemplo na capacitação dos recursos humanos, ela é fruto também já de problemas que você enfrenta na formação inicial dos cursos de educação física, quando você

² Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment

percebe professores que tem dificuldade de acompanhar uma capacitação e coloca-la em prática, então você percebe que o problema não é circunstanciado no Programa, é um problema *maior* da formação de recursos humanos em nível superior no País. Quando você vai e olha também a atitude da comunidade, como ela lida com a questão do esporte e lazer e os desvios que tem de interpretação... é parte de um processo de conscientização do que se pode ter do esporte como política social, muitas vezes a gente viu concorrência entre escolinhas de iniciação esportiva que preparavam para times como Programa, e as crianças saindo dali buscando ali um sonho de se tornar um jogador profissional e tudo mais, esvaziando um pouco o Programa em função disto. Mas é todo um jogo que você tem de interesses e você percebe que as pessoas não estão esclarecidas sobre realmente o que é o esporte e as suas possibilidades educativas. Quando você vai olhar para o próprio Ministério do Esporte, os mecanismos de gestão que ele vai criando, nós fomos construindo estes processos ao poucos, a equipe colaboradora surge, e a partir do momento que ela surge, ela vai elaborar os seus instrumentos, os instrumentos de acompanhamento, como que vai ser a padronização desse processo, que indicadores são relevantes ou não, se nós vamos ter suporte web ou isto vai acontecer por meio de planilhas, você está vendo que este processo está se qualificando ao longo da sua execução. Hoje em dia, por exemplo, quando a gente olha para a plataforma que a Universidade Estadual de Maringá está construindo e como ela está evoluindo e fazendo com que os sistemas do Ministério se comuniquem, eu digo para você o que são aspectos limitantes, eles estão sendo enfrentados ao longo do processo e descobertos, e estão sendo resolvidos inclusive com agilidade, se você pensar nas condições do serviço público, nas formas como as coisas funcionam no serviço público do Brasil, estão sendo resolvidas muito rapidamente, muito rapidamente mesmo. A gente tem uma perspectiva muito grande, talvez o maior fator limitante que a gente tem que ter agora que enfrentar de uma forma mais clara, é justamente um enfrentamento de um Programa que surge dentro do Ministério do Esporte em uma ação setorial e que a própria Educação Física tem uma discussão muito forte de qual deve ser o seu envolvimento com a educação, e aí você fica neste embate entre esporte e educação física e o que a gente realmente gostaria, acho que a palavra do Júlio Filgueira³ foi muito interessante de que o Programa Segundo Tempo, ele tem que se articular com

³ Júlio Cesar Monzú Filgueiras Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte no período de maio de 2007 a outubro de 2009.

a escola e que inclusive o sucesso do Programa Segundo Tempo é o desaparecimento dele. Isso foi uma lucidez muito grande de alguém que vem inclusive do próprio Ministério do Esporte e não é da área da Educação Física, mas entender isto como um processo de sensibilização, como um laboratório. Dentro da nossa própria área, nós temos uma pressa tão grande de apontar as críticas e insuficiências e de entrar em uma disputa, às vezes, com o Governo, que as discussões são colocadas em pontos extremos e você invalida todo este processo de reflexão que está sendo feito paralelamente. Um pouco da intransigência que você tem, nesse sentido, e aquela postura que normalmente a gente vê que “hay gobierno, soy contra”, estas pessoas são contra tudo que o Governo está fazendo, isto também termina gerando um fator limitante para você se apropriar dos conhecimentos e saberes que estão acontecendo ali. Nós acabamos de ver relatos de entidades estaduais, municipais e ONGs⁴, que você vê como este processo se qualifica na medida em que ele não é uma ação exclusiva do Ministério, ele é uma ação construída com parceiros, e parceiros que trazem novas dimensões e que redefine o Programa em cada situação onde ele é implantado. Não existe o Programa PST do Ministério do Esporte, existe um Programa dentro de cada convênio e ele se constrói de maneira diferente e aí as pessoas tentam rotular e construir uma crítica a um Programa que na verdade não é um Programa único, é um programa diverso, e as pessoas não conseguem captar esta diversidade. Isto termina sendo um fator limitante porque você coloca em risco uma política pública que tem um potencial de estar problematizando algumas questões e perde este potencial na medida em que você está muito mais preocupado com uma crítica pontual.

M.C. – E essa questão da formação que o senhor fala, da capacitação chegar aos monitores e depois ter um reflexo de que se eles não entendem, pode ser uma coisa na formação deles. O senhor acha que de repente é para qualificar nesse sentido, teria uma proximidade maior da universidade como o Programa, com os alunos, nesse sentido?

A.R. – Sim, eu falo nesse momento da preocupação com esta formação, porque como nós estamos justamente nesse setor nas instituições de ensino superior, eu estou fazendo uma “meia culpa”, uma avaliação crítica sobre o próprio alcance que a formação inicial tem tido; não só nas universidades públicas, mas até mesmo nas universidades

⁴ Organização Não Governamental

particulares, nas faculdades particulares. Agora esse ponto, ele talvez pudesse entrar na sua pergunta anterior sobre os limitantes, entendeu? Um dos limitantes que a gente tem hoje é que nós temos um trabalho duplo na equipe colaboradora, ele é em parte acompanhamento pedagógico e administrativo e em parte também ele é um momento de fiscalização e de registro de algumas questões que são importantes para os próprios órgãos de controle fazerem uma auditoria do processo. Nada impede que esses dois processos sejam levados juntos, a questão é que as necessidades do acompanhamento pedagógico que levariam uma capacitação continuada, não só uma capacitação inicial mas uma proximidade maior também das equipes colaboradoras dentro dos núcleos e dos trabalhos, que foi um pouco do que você ouviu como sendo uma reivindicação de todos estes parceiros, eles exigiriam uma carga horária maior, um envolvimento diferenciado, isso gera um custo muito grande. Você começa a olhar para o Programa e dizer “*incrível*”, o custo de qualificação, o custo das equipes colaboradoras começa a assumir um vulto que é semelhante ao custo da própria execução. Você repara que para que uma política pública seja bem sucedida, muitas vezes para você dar suporte para ela, você gasta quase o mesmo que você precisaria para mera execução, parece que com isso, às vezes, as pessoas perdem a noção desse processo. Se nós tivéssemos que ter um elemento novo, agora, de participação das universidades nesse processo, elas poderiam ser vistas tanto na redefinição do papel da equipe colaboradora, mas ela deve ser vista também como o próprio Programa Segundo Tempo apontando para as universidades as insuficiências que elas têm tido na formação do profissional e elas terem que assumir, um pouco, esse ônus e fazer uma autocrítica e estarem redefinindo um pouco seus currículos e construindo esta aproximação com a realidade. Não é necessariamente que a própria equipe colaboradora sozinha tenha que dar conta disto, porque se você for olhar a equipe colaboradora, ela é composta por alguns elementos da universidade; estamos aqui na UnB, nós temos quatro professores da UnB, a UnB tem trinta professores e não é uma universidade grande em termos de corpo docente, quer dizer, nós quatro não falamos pelo curso de Educação Física como um todo. A discussão sobre a qualidade da formação profissional é uma coisa que afeta as universidades e que nós, até aqui de dentro do PST podemos apontar e dizer: “olha, nós estamos pecando, os nossos egressos não estão dando conta de fazerem esse trabalho aqui”, e a própria universidade tem que assumir esta responsabilidade pelo seu papel social. É uma coisa que pode acontecer em interface com o programa, mas que extrapola até o próprio Programa é a própria universidade pensando no seu papel social e político.

M.C. – Os objetivos dessa entrevista que nós estamos a discorrer aqui, ao longo do evento, é preservar a memória do Programa Segundo Tempo para as próximas gerações e discussões. E o senhor acha importante esta preservação da memória do Programa?

A.R. – Fundamental, não só a discussão sobre a preservação da memória, mas se você repara que isto vem, por exemplo, já da iniciativa de vocês, um grupo que está envolvido com isso enquanto objeto de estudo no campo de conhecimento que ele atua, mas de você perceber como que o próprio Ministério, nesse momento, ele não tem uma preocupação específica voltada para esta questão, eu digo isto não fazendo uma crítica. Por exemplo, eu estou na universidade, estou na direção da faculdade e uma das coisas que eu deveria estar preocupado também é: “que aspectos da nossa memória deveriam estar sendo registrados?” Então, até quando eu vou construir atas das reuniões de colegiado, eu já estou trazendo esta dimensão e sensibilizando os professores, dizendo para eles: “olha, se você quer marcar o registro da sua presença nestas discussões que nós estamos tendo, quem tem que trazer este registro é você” e quem tem que discutir aqui o que deve ser fotografado, o que deve ser escrito, o que deve ser gravado, que documentos devem ser guardados, porque isto é a memória, é o processo coletivo das pessoas que estão vivendo ele. Hoje teve um comentário semelhante da pessoa de Volta Redonda, daquela senhora, ela dizendo: “Nós estamos tão envolvidos com a execução que a gente não pára para refletir, sistematizar o que a gente está fazendo.” Nós estamos tão envolvidos com a execução que a gente não pára para guardar a nossa memória, para registrar este processo até mesmo para que ele tenha um efeito multiplicador lá para frente. Realmente, essa questão da memória é fundamental, mas enquanto iniciativa de um grupo, o trabalho de vocês ainda é um trabalho de sensibilização, reparem como isso é importante. Mas enquanto o grupo não assumir isso como tarefa dele, e o próprio grupo não se propor a construir este material que vai para além do que as pessoas podem resgatar, porque os historiadores podem voltar para tentar resgatar informações além daquelas que nós escolhemos deixar guardadas. Mas é um processo que realmente nós pecamos, é um processo falho e aí é fantástica a iniciativa de vocês, eu acho que talvez a partir daí possa as pessoas acordar e essa discussão vir a tona.

M.C. – Gostaria de agradecer pelo depoimento, mais um depoimento especial para nós do Programa Segundo Tempo aqui, muito obrigado.

A.R. – Muito obrigado você.

[FINAL DO DEPOIMENTO]